

Servidores preparam Jornada de Lutas

Até a próxima sexta-feira, 29, a Condsef/Fenadsef estará realizando atividades em todo o Brasil para ratificar a Jornada de Lutas, reforçando assim, mobilizações em torno da luta por uma reposição salarial emergencial para servidores públicos federais.

A participação de todos é fundamental para cobrar do governo a abertura de um canal efetivo de negociações com representantes da categoria. Na quinta, 28, uma caravana com servidores de outros estados chegará a Brasília para reforçar as atividades da Jornada de Lutas.

Frente a idas e vindas e diferentes declarações, o fato é que o governo não apresenta nada de concreto para o funcionalismo. Avanços nesse cenário só serão possíveis se a categoria ampliar seu processo de mobilização.

As entidades representativas dos servidores públicos entendem que só não terá reposição salarial se Bolsonaro não quiser. Na Lei Orçamentária, foram destinados R\$ 37,6 bilhões para emendas parlamentares, dos quais R\$ 16,5 bilhões são do "orçamento secreto", além de R\$ 2 trilhões para pagar os juros da dívida pública.

**A LUTA QUE
A GENTE PERDE
É A LUTA QUE A
GENTE NÃO FAZ!**

**Participe da Jornada de
Lutas de 25 a 29 de abril.**

CONDSEF CUT PSI

Não é mais possível suportar a falta de diálogo, conviver com o aumento da inflação, a falta de investimentos no setor público, o congelamento e o arrocho salarial imposto por esse governo. Em ano eleitoral não podemos nos deixar levar por mentiras e muito menos por promessas, ao invés daquilo que nos é de direito. Seguiremos firmes e em luta até sermos atendidos.

Com movimentos de mobilização e greves já em curso, o governo vem usando a mídia como intermediária no diálogo com o funcionalismo, já que insiste em não negociar com a categoria. O Fonasefe protocolou mais um

pedido de audiência junto ao Ministério da Economia, na próxima quinta, 28. É visível que a maioria segue insatisfeita com a última proposta ventilada de 5% linear.

A maioria dos servidores federais está com salários congelados há mais de cinco anos e acumulam perdas salariais superiores a 40%. Só no ano passado a inflação superou os dois dígitos e nos três primeiros meses desse ano bateu novos recordes. Em março a alta dos preços foi a maior para o mês desde o início do Plano Real.

Com informações repassadas pela Condsef.



#19A: Luta dos Povos Indígenas é a luta de todos nós

Condsef/Fenadsef convida servidores de todo o Brasil a buscar na força dos povos originários sentido para reforçar também a luta por respeito aos serviços públicos e aos brasileiros

Matéria completa em www.condsef.org.br/noticias



TCU promove evento para discutir os dez anos da Lei de Cotas na educação superior

O Tribunal de Contas da União promove, no dia 27 de abril, com início às 9h, o diálogo público “Acesso e democratização da educação superior: 10 anos da Lei de Cotas”. Com transmissão pelo canal oficial do TCU, no YouTube. O evento é direcionado a gestores das Instituições Federais de Ensino (Ifes), sociedade civil organizada e pesquisadores interessados no debate sobre a política pública de cotas.

Um dos objetivos do encontro é promover o compartilhamento de informações sobre a Lei de Cotas, com discussões sobre a essência da lei, histórico do surgimento, impactos sociais, regulamentação, lacunas legislativas e mecanismos de monitoramento e avaliação.

A política de cotas para ingresso em universidades e institutos federais foi instituída pela Lei 12.711/2012, que visa à ampliação do acesso às instituições federais de ensino, baseada em ação afirmativa orientada por critérios socioeconômicos e étnico-raciais. Para alcançar seu objetivo, a lei foi regulamentada pelo Decreto Federal 7.824/2012, que estabeleceu que todas as instituições de ensino superior federais do país deveriam, obrigatoriamente, reservar pelo menos 50% das vagas, por curso e tur-



Acesso e democratização da educação superior: 10 anos da Lei de Cotas

Data: 27/04/2022
Horário: 9h às 12h
Transmissão via Youtube



no, para estudantes que tivessem cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas.

Dessas vagas, 50% seriam reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. Dentro dessas vagas, haveria a reserva para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com a proporção da população do estado em que esteja instalada a instituição de ensino.

Os principais responsáveis pela execução da política de cotas são as universidades e os institutos federais, que promovem a seleção de beneficiários da referida política, com base nos critérios gerais definidos pela Lei 12.711/2012. Além da elaboração

de editais de seleção, da promoção de processos de identificação dos beneficiários, as universidades e institutos federais devem promover políticas complementares de permanência dos estudantes cotistas para a conclusão dos cursos e a efetividade da política de ingresso mediante reserva de vagas.

O Ministério da Educação, em seu papel de supervisão ministerial, é responsável pela avaliação e pelo monitoramento da execução da política de cotas, atuando como órgão responsável pela regulamentação da política, com estabelecimento de critérios equitativos de seleção, com base na definição da Lei 12.711/2012.

Fonte: TCU



A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil

CANCELA
A REFORMA
Já!